



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS

CONTRATO 14273178

CONTRATO N. 15/2021, DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA DE REFORMA DA ENTRADA PRINCIPAL DA SEDE DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS PARA FINS DE CONSTRUÇÃO DE ACESSO ÚNICO (RECEPÇÃO ÚNICA), QUE ENTRE SI CELEBRAM A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS E A EMPRESA PÁDUA ENGENHARIA LTDA.

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, de um lado a União Federal, através da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS**, com registro do CNPJ/MF n. 05.419.225/0001-09 e sede na Av. André Araújo, 25, Aleixo, Manaus - AM, neste ato representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, **Dr. RICARDO AUGUSTO CAMPOLINA DE SALES**, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe são conferidas através da Portaria PRESI TRF1 n. 10275156, de 21/05/2020, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **PÁDUA ENGENHARIA LTDA.**, com registro no CNPJ/MF n. 23.109.869/0001-74, com endereço na Rua Salvador, n. 440, bairro Adrianópolis, na cidade de Manaus/AM, neste ato representada pelo Sr. **RICARDO PIETROBELLI**, portador da cédula de identidade RG n. 1085938213 SSP/RS, CPF 006.416.290-79, que apresentou os documentos exigidos por lei, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se os CONTRATANTES aos termos do Pregão Eletrônico n. 05/2021, e aos ditames da Lei n. 10.520/2002, Decreto 10.024/2019, Decreto n. 3.555/2.000, Lei Complementar n. 123/2006, Decreto 8.538/2015, Instrução Normativa n. 03, de 26 de abril de 2018, Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 05, de 26 de maio de 2017, no que couber, Lei n. 13.979/2020, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, bem como ao disposto no Processo Administrativo SEI n. 0004341-22.2021.4.01.8002 SEI, consoante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento consiste na execução de serviço comum de engenharia de reforma da entrada principal da sede da Seção Judiciária do Amazonas para fins de construção de acesso único (recepção única) do correspondente Órgão.

1.2 - A entrada principal da Sede da Seção Judiciária do Amazonas no presente momento é composta de um portão de ferro gradeado com trilhos para abertura lateral. Após o acesso pelo referido portão existem duas outras entradas, uma para o Ed. Rio Negro e outra para o Ed. Min. Waldemar Pedrosa. O escopo é de que haja somente uma única entrada de acesso para os dois edifícios centralizando a via de ingresso juntamente com a revitalização do local por onde se darão as adaptações.

1.3 - A contratada deverá executar a reforma fazendo uso de insumos, materiais, equipamentos, técnicas, práticas e destinação de resíduos ambientalmente adequados, ecoeficientes, bem como a exigência de que os insumos e/ou materiais a serem empregados deverão estar acompanhados de certificação ou documento expedido pelos órgãos competentes indicando que são provenientes de fabricantes, fornecedores ou jazidas legalmente estabelecidos.

1.4 - Os serviços serão executados pela empresa contratada sob a direção de uma equipe técnica Principal, que é obrigatória e será aquela formada por um ou mais profissional(is) de cada especialidade técnica indicada pela CONTRATADA na DECLARAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE INFRAESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA.

1.5 - A equipe técnica apresentada pela licitante no Pregão Eletrônico (conforme subitem 6.4.2 do edital) e aprovada pela CONTRATANTE, no momento em que esta for declarada vencedora da licitação, somente poderá ser substituída em caso de anuência da Administração. Caso seja solicitada a substituição de profissional responsável técnico cujo acervo técnico tenha sido utilizado para fins de habilitação, conforme subitem 6.4.7 (e alíneas “a”, “b” e “c”) do instrumento convocatório do Pregão nº 11/2020, o profissional substituto deverá apresentar acervo técnico que atenda aos critérios exigidos no edital, além de atender aos requisitos de habilitação estabelecidos nos subitens 6.4.4 e 6.4.6 do edital. No caso de substituição dos demais profissionais, deverá o Contratado comprovar que o substituto atende aos subitens 6.4.4 e 6.4.6 do edital, cabendo à Administração a decisão no tocante à possibilidade de substituição.

1.6 - Fazem parte do Termo de Referência (Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 11/2020), devendo ser obedecidos na íntegra, todos os documentos relativos à reforma a ser realizada incluindo: Projeto executivo (plantas gráficas), memorial descritivo, Cronograma Físico Financeiro e planilha orçamentária sintética, bem como demais especificações, todas elaboradas pela empresa CAPRI ENGENHARIA LTDA - ME, objeto do Processo Administrativo n. 000.3475-82.2019.4.01.8002.

1.7 - Os documentos digitais que integram o processo mencionado no subitem anterior encontram-se na Seção de serviços Gerais, à disposição dos interessados.

1.8 - A obra de reforma constante no presente instrumento contratual e seus anexos classifica-se como 'Serviço Comum de Engenharia', conforme o teor do artigo 3º, VIII, do Decreto n. 10.024/2019.

1.9 - No serviço estão inclusos todos os custos, inclusive com materiais, equipamentos, instalações provisórias, mão de obra e etc, que se fizerem aplicáveis e contidos no Projeto.

1.10 - O objeto do presente Contrato será executado de acordo com o Projeto Executivo, plantas gráficas, Planilha Orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo e demais documentos pertinentes.

1.11 - Todas as Licenças, Alvarás, Autorizações, Vistorias ou qualquer outro requisito legalmente estabelecido que seja necessário à execução do serviço ficará a cargo da Contratada, às suas expensas. A Contratante prestará todas as informações que se fizerem necessárias para a obtenção dos mencionados documentos, podendo, sob responsabilidade da empresa, dar andamento paralelo quanto aos procedimentos de execução, liquidação e pagamento, visto o evento da pandemia de COVID 19 que vem atrasando a emissão de todo e qualquer tipo de licença junto à outros Órgão Públicos e que posteriormente será apresentada pela Empresa, se for o caso, vez que a alínea ”a”, Parágrafo Sexto da Cláusula Oitava deste Contrato, prevê retenção da garantia até o cumprimento integral, sem pendências, do referido contrato e em qualquer das conjecturas sob plena responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS AÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID - 19

2.1 - Durante a execução dos serviços ora contratados deverão ser seguidas as indicações constantes nas "**Orientações Gerais aos Trabalhadores e Empregadores do Setor da Construção Civil em Razão do Covid - 19**" publicada pelo MINISTÉRIO DA ECONOMIA Secretaria Especial de Previdência e Trabalho Secretaria de Trabalho Subsecretaria de Inspeção do Trabalho OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1247/2020/ME, Brasília, 14 de abril de 2020, documento constante no ANEXO I deste Contrato, que trata dentre outras:

a) práticas referentes às máscaras;

- b) práticas de boa higiene e conduta;
- c) práticas referentes ao transporte do trabalhador;
- d) práticas quanto às refeições.

2.2. Deverão ainda ser seguidas as orientações constantes no documento " **Diretrizes para o combate e resposta à COVID - 19**" - ANEXO II deste Contrato, que cuida dentre outros aspectos:

- a) medidas de prevenção: antes de chegar ao trabalho; ao entrar no local de trabalho; durante a realização do trabalho; na saída do trabalho.
- b) protocolos de gerenciamento;
- c) guia de limpeza;
- d) protocolos de higiene e distanciamento físico.

2.3 os documentos constantes nos subitens 2.1 (Anexo I deste Contrato) e 2.2 (Anexo II deste Contrato) deverão ser seguidos integralmente, visto a necessidade de padronização de comportamentos durante a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - A contratante pagará à contratada o valor de R\$ 301.154,23 (trezentos e um mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos) pela prestação do serviço objeto deste contrato.

3.2 - No serviço estão inclusos todos os custos, inclusive com materiais, equipamentos, instalações provisórias, mão de obra e etc, que se fizerem aplicáveis e contidos no Projeto.

3.3 - O preço a que se refere o *caput* desta Cláusula refere-se à data limite para apresentação da proposta e é líquido, já incluso o BDI – Bonificação e Despesas Indiretas, e nele estão incluídas todas as despesas necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato, tais como: materiais, peças/componentes, transporte, mão de obra, fretes, ferramentas, instalação e garantia dos serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, seguros, taxas, tributos e emolumentos e demais custos necessários à completa e perfeita conclusão deste Contrato.

3.4 - A ausência, na Planilha Orçamentária, de qualquer dos itens especificados no Termo de referência e nos respectivos Projetos e necessários à execução satisfatória do objeto contratado, não exime a CONTRATADA de executá-los dentro do preço global da proposta, devendo o seu orçamento ter sido elaborado levando em consideração que a obra deverá ser entregue completa, mesmo quando não expressamente indicados nas especificações, ficando a cargo da CONTRATADA a previsão de qualquer serviço ou material necessário, não lhe cabendo quaisquer acréscimos de pagamento decorrente.

CLÁUSULA QUARTA – DA FINALIDADE

4.1 - A finalidade deste instrumento é otimizar e aperfeiçoar as instalações físicas da CONTRATANTE, visando à centralização do acesso à Seção Judiciária no intuito de facilitar os serviços de vigilância, uniformidade de entrada com instalação de equipamentos de segurança como *scanners*, catracas, leitores óticos dentre outros que terão como objetivo a proteção e guarda adequada tanto do Patrimônio Público quanto dos Magistrados, Servidores e Usuários de um modo em geral.

4.2 - A revitalização da entrada principal também se faz necessária para que seja garantida a boa aparência da Justiça Federal, uma vez que a entrada principal é comumente registrada pelos meios de comunicação, jornais e telejornais que estão nas coberturas das audiências e julgamentos de grande

notoriedade.

CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 - A execução dos serviços contratados dar-se-á de forma Indireta, empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A Contratada obriga-se a:

6.1.1 - Responsabilizar-se, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço contratado, tais como:

- 1) salários;
- 2) seguro de acidentes;
- 3) taxas, impostos e contribuições;
- 4) indenizações;
- 5) vales-refeição;
- 6) vales-transporte; e
- 7) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

6.1.2 - Responsabilizar-se pelas despesas relativas ao consumo de água e luz/energia elétrica, diretamente relacionadas à execução do objeto deste Contrato;

6.1.3 - Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

6.1.4 - Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, reconhecida a inexistência de vínculo empregatício de seus técnicos com a Contratante;

6.1.5 - Assumir, também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;

6.1.6 - Responsabilizar-se pelo deslocamento de seus técnicos às dependências da contratante e por todas as despesas de transporte, estada, frete e seguro correspondentes ou quaisquer outras necessárias ao cumprimento das cláusulas da contratação;

6.1.7 - Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil, ou penal relacionada à execução dos serviços;

6.1.8 – Assumir, ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

6.1.9 - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços objeto desta Contratação;

6.1.10 - Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas que por ventura venham a ocorrer serem sanadas imediatamente, e prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, e ainda obrigando-se a atender, de imediato, todas as

reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;

6.1.11 - Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade durante a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários;

6.1.12 - Manter durante toda a execução desta contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas e exigidas para habilitação;

6.1.13 - Manter preposto seu, em Manaus, aceito pela Contratante, durante toda a vigência desta contratação, para representá-la administrativamente sempre que necessário;

6.1.14 - Manter seus técnicos, quando nas dependências da Contratante, sujeitos às normas de disciplina e segurança interna, porém sem qualquer vínculo empregatício com a Contratante;

6.1.15 - Providenciar, após solicitação da fiscalização da Contratante, a imediata substituição do profissional cuja eficiência, competência e comportamento sejam considerados inadequados;

6.1.16 - Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que a Contratante for compelida a responder, por força desta contratação;

6.1.17 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

6.1.18 - A Contratada deverá recolher as ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou RRT's (Registro de Responsabilidade Técnica), referente aos serviços contratados, conforme o caso, referente aos serviços contratados, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da Ordem de Execução de Serviço pelo representante legal da empresa, junto ao CREA-AM ou CAU-AM referente aos serviços contratados e emitir a devida via destinada à Contratante;

6.1.19 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais e equipamentos necessários em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

6.1.20 - Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante;

6.1.21 - Acatar as observações feitas pela FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços e à qualidade dos materiais empregados;

6.1.22 - Providenciar toda a documentação necessária junto aos órgãos públicos e de fiscalização, concessionárias de serviços públicos e demais que se fizerem necessários, apresentando à fiscalização os comprovantes desta regularização;

6.1.23 - Verificar e comparar todos os elementos dos projetos fornecidos para execução da obra, comunicando qualquer irregularidade, imediata e formalmente à Fiscalização, para a necessária correção, em conjunto, das falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às normas técnicas, regulamentos ou posturas;

6.1.24 - Adequar todos os elementos dos projetos, depois de aprovados pela Fiscalização e demais órgãos competentes, em razão de possíveis alterações do projeto básico original;

6.1.25 - Instalar canteiro de obras que deverá ser dimensionado e executado de forma a abrigar, se for o caso, barracão compatível com o porte da obra, prevendo-se áreas para a administração, almoxarifado, depósito, vestiário e sanitário, caso seja necessário, para perfeita execução da obra;

6.1.26 - Afixar, em local indicado pela Fiscalização, placa indicativa da obra, conforme a legislação pertinente, com indicação do(s) Responsável(eis) Técnico(s) e placas indicadoras de limite de obra, visando impedir o acesso de pessoas não autorizadas em áreas de risco e perigo. As placas deverão conter, exclusivamente, os dizeres indicados pelos interessados e aprovada pela Fiscalização da Contratante;

6.1.27 - Manter na obra engenheiro/arquiteto que assuma a responsabilidade técnica até o recebimento definitivo, e que detenha poderes para deliberar sobre qualquer situação de urgência;

6.1.28 - Executar a obra no prazo fixado neste instrumento, empregando profissionais especializado, devidamente uniformizados e identificados por crachá, materiais de primeira qualidade que atendam às exigências contidas nas normas técnicas da ABNT, das concessionárias de serviço público, do Decreto n. 92.100/85, ISO 9002, IPT, INMETRO e dos fabricantes dos materiais aplicados, realizando os serviços com excelente acabamento, de acordo com as especificações e determinações constantes do projeto básico e da proposta, responsabilizando-se inteiramente pela execução da obra, resistência, estanqueidade e estabilidade de todos os materiais utilizados;

6.1.29 - Submeter, à prévia aprovação da Fiscalização, as amostras dos materiais a serem utilizados;

6.1.30 - Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos materiais empregados, fornecendo-os de acordo com as Especificações Técnicas e assumindo as despesas referentes a transporte, carga, descarga e movimentação, suas respectivas perdas e estocagem, dentro e fora dos canteiros de obras, assim como o processo de sua utilização;

6.1.31 - O pedido de substituição por material similar será admitido, desde que apresentado por escrito, acompanhado de levantamento de custos e laudos técnicos fornecidos por institutos de notória e reconhecida competência em âmbito nacional, para que a Contratante se manifeste a respeito, correndo por conta da Contratada todas as despesas pertinentes.

6.1.32 - Entender-se-á por similar o material que for tecnicamente equivalente ao indicado nas especificações do projeto, devendo a equivalência ser comprovada, sem prejuízo do prazo de execução da obra.

6.1.33 - Em caso de necessidade de substituição de material especificado, por motivo técnico, deverá ser obedecido o prescrito nos subitens anteriores.

6.1.34 - Não subcontratar totalmente o objeto deste Contrato, permitida, entretanto, a subcontratação parcial para serviços que requeiram o emprego de empresas ou profissionais especializados, devidamente justificados e autorizado pela Contratante, sem prejuízo da responsabilidade direta e exclusiva da Contratada;

6.1.35 - Remover periodicamente o entulho e detritos acumulados no local, promovendo a limpeza da obra, transportando os mesmos para local apropriado e autorizado pelo Poder Público e providenciando para que sejam encaminhados à reciclagem, quando for possível;

6.1.36 - Responsabilizar-se pelo pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas, impostas à Contratante por autoridade competente, em decorrência de inobservância, por parte de seus empregados, de leis, decretos, normas e segurança do trabalho, estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, regulamentos, posturas municipais e órgãos fiscalizadores;

6.1.37 - Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos, decorrentes da execução da obra;

6.1.38 - Entregar à Contratante, quando do recebimento provisório, todos os projetos e especificações atualizados, “as built” de todas as instalações executadas (água, esgoto, dados, telefone, iluminação, segurança e incêndio, automação e controle etc.), documentos de garantia e os catálogos dos equipamentos instalados, bem como o plano de manutenção periódica preventiva e corretiva dos equipamentos e elementos da edificação;

6.1.39 - Armazenar todo o material conforme orientação dos fabricantes, evitando perdas, danos ou possíveis extravios, arcando com qualquer prejuízo decorrente da inobservância de tal exigência.

6.1.40 - Todos os materiais e equipamentos fornecidos devem ser garantidos contra defeitos de fabricação e má instalação pelo período de 12 (doze) meses, a partir da ativação. Na fase da garantia, a Contratada deverá atender prontamente à Contratante em caso de problemas cobertos pela garantia. Caso os problemas persistam a Contratada deverá tomar as providências para sua correção sem ônus para a Contratante, e deverão estar inclusos na garantia peças, mão-de-obra, transporte, deslocamentos, seguros e estadias.

6.1.41 - Apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, e de impedimento de execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Contratante em documento contemporâneo a sua ocorrência, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução, total ou parcial, dos serviços;

6.1.42 - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste contrato e no Projeto Básico do Serviço, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de interesse com a Contratante;

6.1.43 - O pessoal da obra (pedreiros, azulejistas, eletricista e etc) deverá estar sempre em atividade profissional evitando qualquer tipo de ócio ou desocupação, salvo àqueles previstos nas legislações trabalhistas, sob pena de responsabilidade contratual.

6.1.44 - A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Fiscalização, para representá-lo na execução do contrato;

6.1.45 - Fornecer as peças técnicas impressas em papel, em 3 (três) vias, bem como em mídia digital (CD e DVD), incluindo os arquivos referentes às fotos que compõem os anexos fotográficos (os arquivos referentes a imagens fotográficas deverão ter resolução mínima de 4.0 megapixels).

6.1.46 - Autorizar a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista na Cláusula Oitava.

6.1.47 - Autorizar a Contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

6.1.48 - O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados.

6.1.49 - Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

6.1.50 - Ser responsável pelos prejuízos causados aos equipamentos ou instalações da Contratante, se for o caso, por operação imprópria ou mau uso de terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - A Justiça Federal no Amazonas obriga-se a:

- a) Proporcionar as condições necessárias ao cumprimento, pela contratada, do objeto desta contratação;
- b) Assegurar aos técnicos da contratada acesso as suas dependências para a prestação dos serviços necessários, respeitadas as normas de funcionamento e segurança da contratante;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos credenciados pela contratada;

- d) Designar servidor para acompanhamento, fiscalização e execução deste contrato;
- e) Solicitar a execução de serviços pelos meios eficazes disponíveis, tais como Ofício, telefone e e-mail;
- f) Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas neste contrato;
- g) Efetuar pagamento à Contratada em parcelas, de acordo com a medição dos serviços a ser realizada pelo Fiscal do Contrato, após conferência dos serviços, o qual discriminará em planilha própria os trabalhos realizados e seus respectivos quantitativos executados até o dia da medição, que dar-se-á, sempre que possível, a cada 30 (trinta) dias, no mínimo, a contar da data do início dos serviços;

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

8.1 - A CONTRATADA apresentou à Administração da CONTRATANTE comprovante de prestação de garantia (Doc. 14259885) no valor de R\$ 15.057,71 (quinze mil, cinquenta e sete reais e setenta e um centavos), correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na modalidade Seguro Garantia, cuja validade se estende até 90 (noventa) dias, incluindo recebimento provisório e definitivo, após o término de vigência ou rescisão deste contrato, devendo ser renovada em caso de prorrogação da validade contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Justiça Federal do Amazonas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a FISCALIZAÇÃO do contrato deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Justiça Federal de Primeiro Grau - AM com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) três meses após a extinção do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Justiça Federal do Amazonas não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;

- b) alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

PARÁGRAFO OITAVO - Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista no parágrafo anterior desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Justiça Federal do Amazonas.

PARÁGRAFO NONO - Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pela CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato, incluindo recebimento provisório e definitivo.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1 - O faturamento será realizado após a conclusão de cada etapa, de acordo com o discriminado no cronograma físico-financeiro, devidamente aprovado pela Contratante. A Fiscalização atestará cada fatura separadamente, glosando, se for o caso, as parcelas em atraso.

9.2 - As medições deverão seguir o cronograma físico financeiro por onde ocorrerão os respectivos pagamentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não será admitido na etapa final faturamento inferior a 10% (dez por cento) do valor global da obra e que só será pago quando do recebimento provisório dos serviços e obras.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após cada etapa de execução da obra, a Contratada fica obrigada a comunicar sua conclusão à Contratante, por escrito, para que seja efetuada a vistoria (medições e verificações).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Concluída a vistoria, a Contratante comunicará à Contratada, por escrito, quando for o caso, as falhas verificadas, para as devidas correções.

PARÁGRAFO QUARTO - Somente serão pagos os itens das obras e serviços efetivamente executados e previstos na Planilha de Quantitativos e Custos.

PARÁGRAFO QUINTO - Integra a primeira etapa do cronograma, para efeito de pagamento da primeira fatura, a apresentação, pela Contratada, dos seguintes documentos:

- a) Registro dos serviços de reforma no CREA/AM ou CAU/AM;
- b) Relação de Empregados - R.E.

PARÁGRAFO SEXTO - Para fins de pagamento a Contratada deverá apresentar:

a) Certificado de Regularidade do FGTS; Certidão de Regularidade junto ao INSS; Certidão Conjunta de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, e Certidões Fiscais Estaduais e Municipais, Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, o que poderá também ser verificado por meio de consulta on line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no portal do Tribunal Superior do Trabalho;

- b) Relação nominal dos empregados alocados à execução dos serviços contratados e sua atualização sempre que houver alteração;

c) Cópia da guia de recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços e Informações à Previdência Social – GFIP, específica para a Justiça Federal do Amazonas, relativa ao mês anterior ao da competência da nota fiscal apresentada, conforme o Decreto nº 3.048, de 06.05.99, art. 219;

d) Cópia da folha de pagamento do mês do recolhimento relativa aos empregados alocados ao contrato, cujo valor-base do recolhimento deve coincidir com o da guia de recolhimento.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O documento de cobrança consignará valores em reais e discriminará o período e as obras e serviços prestados.

PARÁGRAFO OITAVO - Será considerada, para fins de pagamento, a data do protocolo do documento de cobrança no setor competente, o qual deverá ser atestado pela Fiscalização da Contratante.

PARÁGRAFO NONO - A Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal devidamente protocolada e atestada pelo setor competente, para proceder ao pagamento. Caso não seja efetuado neste período, serão devidos, à Contratada, juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

PARÁGRAFO DÉCIMO - À Contratante fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato do ateste pela Fiscalização, os serviços não tiverem sido prestados de acordo com o proposto, aceito e contratado, sem constituir-se em mora por essa decisão.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos desta contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Não haverá pagamento para materiais postos na obra. A Fiscalização só aceitará etapas completas, ou seja, materiais fornecidos e instalados, inclusive equipamentos.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A CONTRATANTE deverá reter a última fatura até que a CONTRATADA comprove a quitação das verbas rescisórias de seus funcionários relativas a este contrato ou se estes foram realocados em outras atividades da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os valores retidos constantes do Parágrafo anterior, poderão ser utilizadas para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não quitar as verbas rescisórias em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignadas no Elemento de Despesa n. 449051 e Programa de Trabalho 168348.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Foi emitida a Nota de Empenho n. 2021NE270¹⁴²⁶⁶²²⁴ no valor de R\$ 301.154,23 (trezentos e um mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e três centavos), para atender ao valor do serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - Durante a vigência deste Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Contratante, conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93, mediante Ordem de Serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O servidor responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As decisões e providências, que ultrapassarem a competência da Comissão responsável pela fiscalização do contrato, deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. - O não cumprimento, por parte do Contratado, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades, conforme abaixo:

1. Advertência – atraso na prestação do serviço superior a 5 (cinco) dias (falha de pouca gravidade);
2. Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Justiça Federal de Primeiro Grau do Amazonas (Artigo 87, III, da Lei nº 8.666/93) por até 02 (dois) anos – atraso na prestação do serviço superior a 15 (quinze) dias, hipótese de rescisão por culpa da contratada (falha grave);
3. Impedimento de Licitar e Contratar com a União (Artigo 7º da Lei nº 10.520/02) por até 05 (cinco) anos ou Declaração de Inidoneidade para Contratar com a Administração Pública (Artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93) – atraso na prestação do serviço superior a 30 (trinta) dias, quando a contratada deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (falha gravíssima).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso injustificado na prestação dos serviços objeto deste Contrato sujeitará o contratado à multa diária de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contratada que não puder cumprir os prazos estipulados para entrega, total ou parcial, dos serviços deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada à Seção de Serviços Gerais (SESEG/NUCAD), até a data do vencimento do prazo de entrega, ficando a critério da Justiça Federal no Amazonas a sua aceitação.

PARÁGRAFO QUARTO - Vencido o prazo proposto, sem entrega, total ou parcial dos serviços, a Justiça Federal no Amazonas oficiará à contratada comunicando-a da data-limite para entrega. A partir dessa data considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o parágrafo sexto.

PARÁGRAFO QUINTO - A prestação dos serviços, até a data-limite de que trata o parágrafo anterior não isenta a contratada da multa prevista no parágrafo primeiro.

PARÁGRAFO SEXTO - Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a Administração poderá rescindir o contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de a empresa recusar-se a receber a Nota de Empenho, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor a ela adjudicado, a ser definida pela Diretoria do Foro.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Justiça Federal no Amazonas pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos através de GRU ou cheque nominal em favor da Contratante, ou cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO NONO - A empresa inadimplente que não tiver valores a receber da Justiça Federal no Amazonas terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Considera-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio

alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo para execução do objeto será de 90 (noventa) dias, conforme cronograma físico-financeiro, tendo seu início em **25/10/2021** e término em **22/01/2022**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratante receberá os serviços provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento pela Fiscalização da comunicação escrita da Contratada, dando conta da conclusão dos serviços, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações solicitadas e qualidade dos serviços, com vencimento em **06/02/2022**;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Contratante receberá os serviços definitivamente, pelo responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento provisório, para observação ou vistoria que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, com vencimento em **08/03/2022**;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para a emissão do Termo de Recebimento Provisório, a Fiscalização efetuará a verificação de conformidade do objeto do contrato aos termos contratuais. Caso sejam detectadas falhas na execução dos serviços, estas serão apontadas em relatório técnico circunstanciado a ser anexado ao Termo supracitado;

PARÁGRAFO QUARTO - Os eventuais vícios de execução mencionados no parágrafo anterior não terão seus quantitativos considerados na planilha de medição referente a essa etapa dos serviços, sendo estes pagos somente quando da correção das falhas apontadas;

PARÁGRAFO QUINTO - O prazo para a correção dos serviços defeituosos, apontados no relatório constante do Termo de Recebimento Provisório, será estipulado pela Fiscalização que, na ocasião, deverá levar em consideração o número e o grau de complexidade dos serviços a serem corrigidos;

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratada deverá comunicar formalmente à Fiscalização a correção dos serviços apontados no relatório, para que a mesma possa verificar a conformidade da execução;

PARÁGRAFO SÉTIMO - O prazo para a correção dos serviços por parte da Contratada, juntamente com o prazo de verificação dos mesmos pela Fiscalização, bem como para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e atestação do pagamento da última medição não deverá ultrapassar a 20 (vinte) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 - A Contratante se reserva ao direito de rescindir, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, o presente Contrato, na ocorrência de qualquer situação prevista na Cláusula Décima Segunda, bem como pelos motivos relacionados no artigo 77, incisos I a XI, XVII e XVIII do art. 78, todos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1 - De conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei n. 8.666/93, o presente Contrato será publicado resumidamente, em forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro Federal desta Capital, para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento eletronicamente.

Manaus/AM, 21 de outubro de 2021.

RICARDO AUGUSTO CAMPOLINA DE SALES

Juiz Federal Diretor do Foro

RICARDO PIETROBELLI

Representante Legal da Empresa Pádua Engenharia Ltda.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Augusto Campolina de Sales, Diretor do Foro**, em 21/10/2021, às 11:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pietrobelli, Usuário Externo**, em 21/10/2021, às 12:39 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **14273178** e o código CRC **11A25753**.

ANEXO I DO CONTRATO

Orientações Gerais aos Trabalhadores e Empregadores do Setor da Construção Civil em Razão do Covid – 19

Documento SEI n. 13835378

ANEXO II DO CONTRATO

Diretrizes para o combate e resposta à COVID – 19

Documento SEI n. 13835395

ANEXO III

PROPOSTA DE PREÇOS E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO DE BDI E ENCARGOS SOCIAIS DA CONTRATADA

Documentos SEI n. 14126318/14126332

Avenida André Araújo, 25 - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.trf1.jus.br/sjam/

0004341-22.2021.4.01.8002

14273178v16